



ESQUISA

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XV — Nº 193

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1960

Oradores inscritos para a Sessão de Quarta-feira, dia 16 de Novembro de 1960
2ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura

Nelva Moreira.
José de Castro.
Clodomir Milet.
Oscar Corrêa.
Abelardo Jurema.
Waldir Simões.
Milton Brandão.
Bezerra Leite.
Moacyr Azevedo.
Sérgio Magalhães — 4-11-60.
Osmar Cunha — 7-11-60.
Último de Carvalho — 7-11-60.
Campos Vergal — 8-11-60.
Passos Pôrto — 8-11-60.
Oswaldo Zanello — 8-11-60.
Lustosa Sobrinho — 9-11-60.
Abel Rafael — 10-11-60.
Rui Ramos — 11-11-60.
Benjamin Farah — 11-11-60.
Derville Allegretti — 14-11-60.
Adylio Viana — 14-11-60.
Floriceno Faixão — 14-11-60.
Frota Aguiar — 14-11-60.
Eloy Dutra — 14-11-60.
Milton Reis — 14-11-60.
Ivan Luz — 14-11-60.
Dirceu Cardoso — 14-11-60.

Oradores inscritos para o mês de Novembro de 1960
GRANDE EXPEDIENTE

Osmar Cunha.
Temperani Pereira.
Nelson Omega.
Arno Arnt.
Moacyr Azevedo.
Teobaldo Neumann.
Ruy Ramos.
Abel Raphael.
Ivan Luz.
Corrêa da Costa.
Atilio Fontana.
Edvaldo Flores.
Jonas Bahiense.
Frota Aguiar.
Alencar Araripe.
Wilmar Guimarães.
Afonso Celso.
Domingos Vellasco.
Ramon de Oliveira Neto.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA QUARTA-FEIRA,
DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1960

Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos.
II — De Economia, reunião extraordinária, às 15 horas.
III — De Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos.
IV — De Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos.
V — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Turma "A", às 16 horas.
VI — De Saúde, às 15 horas e 30 minutos, na Sala nº 213 do Palácio do Congresso Nacional.
VII — De Transportes, Comunicações e Obras Públicas, reunião extraordinária, às 16 horas.

Comissão Especial

Da Baía do São Francisco, às 15 horas.

Comissão de Inquérito

Para investigar fatos relativos à Construção do Porto de Mucuripe, às 15 horas, na Sala da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Passos Pôrto.
Andrade Lima Filho.
José Humberto.
Milton Reis.
Miguel Bahury.
Océlio de Medeiros.
Jacob Frantz.
Colombo de Souza.
Último de Carvalho.
Vergel do Amaral.
Chagas Freitas.
Derville Allegretti.
Antônio Carlos.
Medeiros Netto.
Campos Vergal.
Clóvis Pestana.
Cláudio Freitas.
Jessé Freire.
Gualberto Moreira.
Miguel Leuzi.
Yukshigue Tamura.
Carmelo D'Agostino.
Cunha Bueno.
Souza Leão.
Herbert Levy.
José Menk.
Gabriel Hermes.
Unirio Machado.

Broca Filho.
Clélio Lemos.
Mário Tamborindeguy.
Fernando Ferrari.
Mário Beny.
Euclydes Wicar.
Osmar Cunha.
Resende Monteiro.
Afrânio de Oliveira.
Milton Brandão.
Gabriel Passos.

Ordem do Dia marcada pelo Sr. Presidente para a Sessão de Quarta-feira, 16 de Novembro de 1960

Projeto nº 1.880-A, de 1960.
Anexo 4 — Poder Executivo.
Subanexo 4.22 — M. V. O. P. — Parte Geral — Marinha Mercante e Departamento dos Correios e Telégrafos, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Subanexo 4.05 — Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Outras Rodovias.
Subanexos:

4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
4.20 — Ministério da Saúde.
4.21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
Subanexo 4.14 — Ministério da Educação e Cultura.
Subanexos 4 — Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura.
Subanexo 4.13 — Ministério da Agricultura — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
Em urgência.
Projeto nº 244-59.

EM PRIORIDADE

Projetos números:

1.877-B, de 1960 — 239-B, de 1958 — 627-D de 1951 — 2.391-A de 1957 — 1.686-A, de 1960 — 1.643-A, de 1960 — 1.586 de 1960 — 1.700 de 1960 — 32-A de 1959 — 142-A de 1960 — 87-A de 1959 — 1.295 de 1960 — 1.755 de 1960 — 1.501-A de 1960 — 1.465-A de 1960 — 1.925-A de 1960 — 1.859-A de 1960 — 668-B de 1959 — 1.139-A de 1960 — 33-B de 1959 — 1.699-B de 1960 — 313-C de 1955 — 1.073-A de 1959 — 750-B de 1960 — 1.751-B de 1956 — 475-B de 1959 — 1.231-A de 1959 — 2.390-A de 1957 — 4.346-B de 1958 — 1.774-A de 1960 — 4.272-A de 1958 — 1.719-A de 1960 — 1.545-A de 1960 — 1.055-A de 1959 — 1.187-A de 1959 — 1.477-B de 1960 — 2.330 de 1960 — 2.908-D de 1958 — 1.861-B de 1960 — 1.751-A de 1960 — 419-A de 1959 — 2.654-A de 1957 — 2.097-C de 1956 — 2.580-B de 1957 — 4.543-B de 1957 — 1.657-A de 1960 — 2.605-A de 1957 — 2.295-B de 1957 — 4.336-A de 1958 — 1.870-A de 1960 e 1.417-A de 1960.

EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

Projetos números:

4.024-A de 1958 — 3.030-A de 1957 — 948-A de 1960 — 2.263-A de 1957 — 1.770-A de 1960 — 1.193-A de 1959 — 866-A de 1959 — 2.729-A de 1957 — 3.482-A de 1957 — 3.643-A de 1958 — 1.493-A de 1960 e 969-A de 1959.

SUMÁRIO

- 1 — MESA
- 2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES
- 3 — COMISSÕES PERMANENTES
- 4 — COMISSÕES ESPECIAIS
- 5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO
- 6 — 181ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1960.

- I — Abertura da Sessão.
- II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.
- III — Leitura do expediente.

Requerimento deferido

Do Sr. Carlos Pires SA, Diretor Geral do D.N.E.R., comunicando providências tomadas sobre o incidente entre o Sr. Deputado João Veiga e Guarda Rodoviário:

Projeto a imprimir:

Projeto nº 1.880-A, de 1960, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961, tendo parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sobre as emendas de Plenário. — Anexo 4. — Poder Executivo. — Subanexo 4.12. — Ministério da Agricultura. — Parte Geral. — Relator: Deputado João Cleophas.

Projeto nº 1.883-A, de 1960, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961, tendo parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sobre as emendas de Plenário, com emenda substitutiva. — Anexo 4 — Poder Executivo. Subanexo: 4.13 — Ministério da Agricultura — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. — Relator: Gilhermino de Oliveira.

Projeto nº 1.882-A, de 1960, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961, tendo parecer da Comissão de

Ramon Oliveira Netto — PTB
Rubens Rangel — PTB

Rio de Janeiro:

Moacir Azevedo — PSD
Tenório Cavalcanti — UDN

Guanabara:

Breno da Silveira — PSB
Hamilton Nogueira — UDN

Lycio Hauer — PTB
Sérgio Magalhães — PTB

Waldir Simões — PTB

Minas Gerais:

Abel Rafael — PR

Bilac Pinto — UDN

França Campos — PSB

Gabriel Passos — UDN

José Bonifácio — UDN

Manoel Almeida — PSD

Nogueira da Gama — PTB

Pedro Vidigal — PSD

São Paulo:

Derville Allegretti — PR

Nelson Omega — PTB

Ranieri Mazzilli — PSD

Waldemar Pessoa — PSB

Goiás:

Benedito Vaz — PSD

Wilmir Guimarães — UDN (17-11-1960).

Paraná:

Maia Neto — PTB

Rafael Rezende — PSD

Santa Catarina:

Miranda Ramos — PTB (14-11-60)

Osmar Cunha — PSD

Wilmir Dias — PSD

Rio Grande do Sul:

Adylis Viana — PTB

Croacy de Oliveira — PTE

Hermes de Souza — PTB

Lino Braun — PTB

Paulo Mincaroni — PTB

Raul Pila — PL

Theobaldo Neumann — PTB

Ulcio Machado — PTB

Acre:

Oscar Passos — PTB

Rio Branco:

Valério Magalhães.

74 Senhores Deputados.

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 112 Srs. Deputados. Não há número para a votação da matéria que se acha sobre a Mesa e a constante da Ordem do Dia.

Passa-se a matéria em discussão

Discussão única do Projeto número 1.880-A, de 1960, que esmaia a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961, tendo parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sobre as emendas de Plenário, com Emenda Substitutiva da Comissão. Anexo 4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — Parte — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) — Outras Rodovias.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Josué de Castro.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Sem notícia de criado) — Sr. Presidente, na hora em que se discute o problema orçamentário de uma das seções da maior importância para o futuro do nosso país como o do transporte, que constitui, sem dúvida alguma, até hoje um dos pontos de estrangulamento mais graves da expansão de nossa economia, eu me permito V. Exa., estiver de acordo em conceder-me a oportunidade em dizer algumas coisas sobre aspectos desse problema na região que represento nesta Casa, que é o Nordeste do Brasil.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Nordeste continua a ser uma das zonas mais dramáticas do Brasil, servindo mesmo, como recentemente pude testemunhar, de assunto de tragédia para o mundo.

O *New York Times* acaba de publicar uma série de reportagens, de trágicas e negras reportagens sobre a situação de vida do Nordeste, descrevendo em cores terríveis o que é o nível de vida, a situação das populações nordestinas, acossadas periodicamente pelas secas e atolladas, permanentemente, no marasmo econômico do subdesenvolvimento regional.

As cores com que o *New York Times* descreve a situação criaram uma verdadeira angústia nos Estados Unidos pelo receio, que aquele jornal denuncia, de que esse desequilíbrio econômico, esse desastre entre o Nordeste e o resto do Brasil, principalmente o Sudeste e o Centro do País, e a distância social que separa esses grupos, comecem a se constituir como fator não só de separatismo, diz o *New York Times*, mais do que isso, de agitação social, de receios, não apenas para o Brasil, mas para todo o Continente. E o *New York Times* que fala não eu.

Não endosso essa opinião de que haja qualquer sentimento separatista no Brasil. Não endosso que a agitação social se promova à base apenas da miséria reinante no Nordeste. Mas, endosso, isto sim, que a situação é essa e tão negra quanto mostra o *New York Times*. Eu já a tinha mostrado nas páginas da "Geografia da Fome", na ocasião consideradas anti-patrióticas porque mostravam a verdade ao mundo. Essa verdade não se pode esconder; agora, pelo mundo as páginas do *New York Times* a propagaram.

Ora, a situação do Nordeste não pode continuar. O Nordeste vive permanentemente em ciclos sucessivos de crises agudas que, no fim, somadas, constituem a crise crônica do seu subdesenvolvimento. E' por isso que venho trazer à Casa o conhecimento de fatos lá, ocorrentes e demonstrativos de que no Nordeste vive-se em crise, seja de miséria ou de fome, seja de excesso de produção e de abundância. Cíclicamente, ora temos excesso, dos quais o nordestino não se beneficia, por falta de planejamento, de medidas racionais e indicadas na hora precisa, ora crises de escassez, e nessas fases de penúria não há reservas nem recursos para suprir as necessidades.

As vezes sucede mesmo, como agora, que se associam os dois fatos: a penúria e o excesso. Ai está o que se passa no momento no Nordeste, em função de dois produtos ligados à alimentação: o trigo e a cebola. Ambos dependem, em grande parte, do transporte, e é por isso que tomo a iniciativa e a ousadia de tratar desse assunto que parece se distanciar um pouco da matéria em discussão, mas não se distancia porque, em última análise, estamos discutindo o orçamento e o problema do transporte no Brasil.

Vejam os problema do trigo. Sr. Presidente, acabo de receber do Presidente da COAP de Recife, o Sr. Jameson Ferreira Lima, o seguinte telegrama:

"Situação abastecimento trigo Pernambuco piorando. Pedimos providências urgentes a fim de ser cumprido o despacho presidencial de 27 de outubro, protocolo número 48.627, Ministério da Agricultura. Tal medida deve ser imediatamente aplicada, cancelando-se Portaria 92 de setembro, pois contrário haverá possibilidade de envio trigo outros portos, agravando ainda mais crise abastecimento este Estado."

Ora, meus nobres colegas, isso traduz apenas o seguinte: em face das crises sucessivas no Nordeste em face da última crise que houve lá, com a inundação da região de Orós etc., o Presidente da República tomou a iniciativa e a medida de complementar de mais 70 mil toneladas a quota normal de trigo que recebe o Nordeste, a fim de melhorar o abastecimento da região que vem sofrendo essa penúria, a qual repercute em dois sentidos. De

um lado, porque a própria escassez do trigo condiciona a escassez do pão, um dos elementos básicos da alimentação, principalmente nas áreas urbanas do nordeste; segundo, porque um dos subprodutos da moagem do trigo, é absolutamente indispensável à alimentação dos rebanhos de uma região que sofre periodicamente o fenômeno das secas e que vêm sendo dizimados e degradados em suas condições raciais pela falta de alimentação adequada.

O Nordeste que tem condições naturais propícias a desenvolver a sua pecuária vem sofrendo crises graves nesse setor, com repercussão sobre a alimentação humana. E' hoje o Nordeste uma das regiões do mundo onde incide a carência de proteínas, na infância e daí os altos níveis de mortalidade infantil. Seus índices de carência proteica são dos mais altos do mundo e os técnicos da FAO que, por iniciativa nossa, aqui vieram juntamente com os técnicos da FISI, para estudar as carências do Brasil, mostraram que nossas condições são piores que as da América Central que, por sua vez, são piores que as da África Ocidental.

Somos, no Nordeste, campeões em carência de proteína, o que determina um alto nível de mortalidade infantil. As perturbações gástricas ou doenças infecciosas das nossas crianças não são disfarces do rótulo autêntico da fome. Elas morrem de fome. Há carência crônica de proteínas, o que não lhes dá a necessária resistência para sobreviverem aos embates de outros fatores morbidos, outros agentes infecciosos, outros agentes patogênicos.

Tal quadro desolador é produto dessas carências proteicas, por falta de carne e leite na região. A falta de trigo condiciona a falta do farelo, da carne, do leite, enfim, da boa alimentação. O Governo Juscelino Kubitschek tomou a iniciativa de reforçar essa cota e despachou de forma a que ela fosse distribuída de acordo com os princípios legais e regimentais que regulamentam o assunto, isto é, de acordo com o consumo de cada uma das Capitais e a capacidade de cada moínho que devia recebê-la. Infelizmente, por motivos que ignoro — e é isto que precisa ser lembrado à Casa, e este é o apelo que faço ao Governo da República — essa distribuição foi feita de maneira arbitrária, e o Estado de Pernambuco não receberá, se não houver providência adequada, uma só grama dessas setenta mil toneladas adicionais distribuídas para outros Estados. Pernambuco esta a necessitar de uma parcela, porque dispõe de grande rebanho, as condições de alimentação ali são precárias e o consumo habitual é mais alto do que o de outros Estados do Nordeste. Não é tirar de outros Estados, porque pretendo defender o Nordeste, defender aquele que, no caso específico, é o espoliado.

Este o apelo que faço ao Governo da República para o primeiro caso, relativo ao trigo.

O segundo caso refere-se à cebola. Dizia eu sabermos que todo o Nordeste vive precariamente, principalmente porque, de um lado, temos a região da Mata, açambarcada quase em sua totalidade pela monocultura da cana-de-açúcar, a qual, infelizmente, se debate permanentemente num estado de carência financeira e econômica, em virtude de não poder o Nordeste concorrer com a indústria de açúcar do Sul, senão através de medidas que lhe minorem a precariedade da produção, pela pobreza relativa de seu solo. Ora, na outra zona, a zona do Sertão, exposta periodicamente à seca, a agricultura é precária e primária em seu processo de exploração. Um dos sucessos relativos que teve o sertão, zona semi-árida, foi o cultivo da cebola, porque o solo das margens do rio São Francisco tem condições ecológicas muito propícias a esse gênero de cultura.

E' uma zona facilmente irrigável pela proximidade das margens desse grande rio exótico que atravessa o Nordeste. O cultivo da cebola, que se vem fazendo de maneira racional, constituindo sucesso de produção, alcançando uma produção maciça, que tem ajudado de muito o abastecimento de cebola no Nordeste, torna-se improdutivo no sentido do bem-estar social e do bem-estar econômico dessa coletividade, porque a cebola, infelizmente, sendo um produto que se estraga com rapidez e a safra se processando num curto espaço de tempo, aquele volume de produção não encontra vazão, primeiro, porque não há transporte, e, segundo, porque não há um mercado regional para absorver a produção.

O Sr. Arno Arnt — Em terceiro lugar, porque a qualidade de cebola que plantam não é a apropriada para o lugar. Gostaria que o Instituto Agronômico do Leste estudasse cientificamente este assunto, com urgência, a fim de que esta crise de cebola — que não é a primeira — não se repita, com prejuízo para os produtores e consumidores e benefícios somente para os intermediários.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — V. Exa. tem razão. Este é um dos motivos: o empirismo com que se faz as coisas no Nordeste, produto do subdesenvolvimento e da falta de planejamento regional. Acabo de vir de Israel, onde passei duas semanas, vendo a conquista do deserto de Neghevi, no sul daquele País, de condições muito mais desfavoráveis do que o Nordeste do Brasil. Ele está sendo transformado num grande oásis. Não é obra só de pioneirismo, pois o pioneirismo, em Israel, não se baseia apenas na vontade de fazer, mas na técnica e no saber. Lamentável, no Brasil, é que o pioneirismo seja apenas uma aventura, sem base. Não é possível conquistar-se um deserto, recuperar-se o Nordeste, fazer-se agricultura racional sem institutos agronômicos técnicos que deem assistência adequada para que o produtor saiba o que está fazendo. O que aconteceu com a cebola em várias ocasiões, e não é a primeira vez que venho à tribuna, não desta Casa, mas do Palácio Tiradentes, para defender esse produto, é que se deixa plantar também sem nenhuma idéia do mercado, e, na hora do excesso de produção, ai está o desequilíbrio à vista, quase impossível de ser remediado, porque a fome e o excesso são ambos problemas economicamente graves. Tanto a falta como o excesso podem provocar a crise.

O Sr. Arno Arnt — O nosso desenvolvimento industrial apreciável, que nos torna hoje líderes latino-americanos — e ainda há pouco ouvimos a palavra brilhante do Deputado Osmar Cunha nesse sentido — é feito de maneira bem diferente de qualquer outra parte do mundo: sem instrução e sem produção científica.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — V. Exa. tem razão. E não ainda: sem equilíbrio é um desenvolvimento industrial sem base na agricultura. Marchamos numa perna só; é o desenvolvimento capenga e a cada momento começamos a mancar de maneira terrível, porque falta a perna da agricultura para produzir alimentos para o operário da indústria e para fornecer matéria prima para a indústria. Daí a necessidade de retermos o nosso plano de desenvolvimento.

O Sr. José Joffily — Eminentemente Deputado Josué de Castro, a palavra de V. Exa. em todos os assuntos do Nordeste se reveste de notória e irrecusável importância e responsabilidade, conhecedor profundo que é da região, das nossas carências, das nossas reivindicações. No momento em que V. Exa. aborda o problema da economia sertaneja, assinalando a necessidade de um sistema mais racional para resistir às secas, de um lado, e, de outro lado, a necessidade

de um avanço tecnológico, não posso deixar de, por minha vez, assinalar — e creio também que traduzindo o pensamento de V. Exa. — que há na economia sertaneja um mal talvez mais profundo que a própria calamidade das secas. Refiro-me ao processo de espoliação das nossas matérias-primas, essenciais à economia do Nordeste, a começar pelas fibras, o algodão e o sisal, e também os minérios. Sabe V. Exa. e a Nação que essas matérias-primas, por assim dizer o sustentáculo da economia da nossa região, está submetida a um processo de espoliação dos mais colossais de que há notícia no mundo. Ainda há pouco, revendo, num estudo do Deputado Sérgio Magalhães, o que se passa em relação a remessa de lucros para o exterior, eu enegava a conclusão, confrontando outros dados, de que a nossa região sofre mais que as regiões do Sul, esse processo de espoliação que resulta da falta de limitação na remessa de lucros para o exterior. Gostaria que V. Exa. incorporasse essa observação, que, creio, coincide também com a análise que faz, para que, nesta oportunidade, não perdamos a ocasião de acelerar a aprovação daquele projeto de tanto interesse, de interesse tão imediato para nossa região, cada vez mais espoliada pelas firmas, pelos monopólios estrangeiros, pelos trustes do algodão, do sisal, notadamente Anderson Clayton, Sanbra e Wasciang.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Incorporo, com grande satisfação e grande honra para mim, no meu modesto discurso, as observações magníficas, pertinentes e objetivas do nobre Deputado José Joffilly, sem dúvida um dos conhecedores mais argutos e mais profundos da realidade econômica e social do Nordeste.

O Sr. José Joffilly — Bondade de V. Exa.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Lamento não poder estender-me sobre o assunto, mas me comprometo a voltar à tribuna, oportunamente, para um apelo às bancadas do Nordeste, a fim de nos unirmos no sentido de estruturar um novo plano de revalorização do Nordeste; mas não simplesmente de combate à seca. Concorde com V. Exa. em que a seca constitui apenas uma gota d'água no mar de miséria do Nordeste — permita-me o paradoxo. Mas, na verdade a miséria do Nordeste é grande, a ponto de ocasionar desarranjos e total anarquia econômica em toda a região, não na época da seca, mas quando ela se pronuncia. Então, há completa desertão da terra, porque ali se vive num regime mínimo de economia, no limite mínimo da miséria.

Ora, lutar contra a seca representa, não apenas buscar a conquista da zona árida, mas, sobretudo, equilibrar a região. V. Exa. diz que o erro reside na má utilização da matéria-prima; permita-me, no entanto, declarar — e V. Exa. concordará comigo — que ele vem de mais longe; está na má utilização de toda a terra. Refiro-me ao problema na propriedade agrária, da estrutura da economia rural, já superada inteiramente no Nordeste. Enquanto isso não for modificação, o progresso e o desenvolvimento econômico do Nordeste, e do Brasil, só será, como frizou V. Exa., de tipo colonial.

Qual a diferença entre o desenvolvimento econômico colonial e o autêntico desenvolvimento econômico?

É que, no tipo colonial se beneficia apenas uma pequena minoria de privilegiados, indiferentes à sorte do resto da população, seja regional, seja nacional; e, no verdadeiro desenvolvimento econômico, necessária se torna a integração da massa populacional de determinada região, utilizando os recursos da terra no seu benefício.

Veja V. Exa. como foi fecundo o seu aparte permitindo-me rever todos estes aspectos que dizem de per-

to, sem nenhuma dúvida, ao interesse de nossa região.

O Sr. Arno Arnt — Vou voltar ao tópico que V. Exa. estava abordando. A questão da planificação regional está lentamente entrando no consenso de municípios cujos problemas se assemelham. Mas, como no Nordeste e no Leste, ainda é cedo para pensarmos com essa altura, devemos sugerir que o Governo do Pernambuco e o Governo da Bahia procurem formar um plano de desenvolvimento dessa planta tão necessária no Brasil, que é a cebola, da seguinte forma: apresentando um plano ao Banco de Desenvolvimento Econômico para que, lá, na região produtora, se instale uma grande fábrica ou uma cooperativa fabril no sentido de produzir a cebola desidratada e pulverizada, já que o Instituto Agronômico do Leste ainda não descobriu um sistema próprio para conservação ou exportação de cabotagem dentro do Brasil.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço o aparte de V. Exa. que coincide com proposição que desejamos fazer.

Bem vê V. Exa. que tínhamos razão quando, no ano passado, resolvemos organizar uma frente parlamentar, a União Parlamentares Norte-Nordeste, para a defesa dos problemas regionais que tanto nos preocupam. E acredito que aquela ideia, que não chagou a se transformar em viva realidade, ressurgiu, agora que aqueles problemas se agravam em decorrência da complexidade de que se revestem, e estão à espera de soluções imediatas.

Acabo de visitar, Sr. Presidente, uma grande fábrica de cebola desidratada no Vale do Huleh em Israel, antiga zona de inundação do Jordão, hoje drenada. Lá a cebola é desidratada.

O Sr. Arno Arnt — Fábrica que já temos no Rio Grande do Sul.

O SR. JOSUE DE CASTRO — A fábrica ali exporta cebola desidratada, mas determinada variedade de cebola que permite a desidratação. O Nordeste tem produtos que se decompõem com facilidade enorme e dificultam essa técnica. Daí a iniciativa que tomei de pedir ao Governo de Israel que, através de um plano de assistência técnica, mande para o Brasil um especialista que nos oriente na industrialização da cebola. Esta, porém, será uma providência a longo prazo. Hoje, pretendo uma a curto prazo.

O Sr. Alde Sampaio — V. Exa. realmente trouxe assunto da mais grave importância para a região sertaneja das margens do São Francisco, de Pernambuco. Se, hoje, a cebola de Pernambuco está apodrecendo na terra, sem colheita, culpa cabe exclusivamente aos atos públicos, declarados no Sul do País, todos contra aquele produto. Sabe V. Exa. que houve importação de cebola muitas vezes superior ao consumo nacional, e o produto do São Francisco, que se poderia vender no Sul do País ao preço de 20 ou 30 cruzeiros o quilo, alcança apenas 5 cruzeiros, porque a importação foi de tal sorte que até a exportação está dando prejuízo.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Hoje querem 5 cruzeiros, para não perderem toda a produção.

O Sr. Alde Sampaio — Isso foi uma medida demagógica e, vamos dizer, estúpida da COFAP, que obteve essa exportação por estarem os preços subindo, como se não houvesse necessidade de satisfazer ao agricultor, quando há uma deficiência, como ocorreu na produção da cebola, por efeito das enchentes. De sorte que o pobre agricultor nordestino sofreu duas vezes: pelas enchentes e pelo ato do Governo nacional que o reduziu à miséria.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Concorde com V. Exa. em que a importação de cebola foi um dos crimes do Brasil, embora, neste caso, específico a COFAP não tenha sido responsável pelo crime.

O Brasil sofre, muitas vezes, as consequências da maneira desonesta por que se administram setores dos mais graves para a vida pública brasileira, como é o da alimentação. Infelizmente, os próprios órgãos encarregados dos problemas de alimentação no Brasil têm sido cenário dos mais sérios crimes contra a economia popular. V. Exa. é testemunha de que nunca critiquei esse organismo. Desta tribuna, sempre protestei contra o modo por que se vem conduzindo o controle dos preços, que é o mais inoperante e contrário aos interesses do povo.

Antes de terminar, apelo para o Governo da República, ao qual cabe parte da responsabilidade pela situação trágica que vive hoje o Nordeste, no seu setor da economia da cebola, às margens do São Francisco, no sentido de evitar, através de providências urgentes e imediatas, o apodrecimento dessa produção. Lá existe cerca de mil toneladas de cebola, que precisam ser retiradas imediatamente. Os produtores da região pedem ao Governo que, por intermédio dessa COFAP que importou cebola do exterior, importe a cebola do Nordeste por preço que, ao menos, compense as despesas e o custo da produção, a fim de não desestimular a população que se fixa à terra e constitui possibilidade de soerguimento da economia do Nordeste. Ela quer ser amparada nos seus direitos, no mínimo direito de receber o justo preço do seu trabalho.

Este o apelo que faço ao Governo da República.

O Sr. Unirio Machado — Nobre colega, desejo congratular-me com V. Exa. pelo discurso que está fazendo. Efetivamente, esse fenômeno se vem registrando em quase todos os setores da produção agrícola, ou da produção rural do País. Ele constitui um simplismo, com que, muitas vezes, a autoridade procura resolver o problema do abastecimento através da importação, nem sempre convenientemente examinada, no que diz respeito às suas consequências, pelo desestímulo que traz à produção nacional. Esquecem-se, assim, esses que procuram soluções simplistas, de que, se o País não puder tirar da sua própria terra, pela sua própria produção, os gêneros fundamentais, os alimentos básicos para a população, evidentemente, não será através de importações danosas, que representam um desestímulo e prejudicam a produção agrícola e rural, que se poderá solucionar o auto-abastecimento de gêneros de primeira necessidade do povo brasileiro.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço o aparte de V. Exa. que incorpore, com grande satisfação, ao meu discurso, pela substância que ele traz à linha de ideias que estou expondo.

Para terminar, devo dizer a V. Exa. que o fenômeno a que V. Exa. se refere não é senão o resultado da falta de um programa agrário, no Brasil. Não há nenhuma política no setor da economia agrícola. O Governo atual, que se preocupou de maneira intensiva em desenvolver a indústria no País, dando todo o apoio à indústria, esqueceu, infelizmente, o setor agrícola, pelo qual sofrem não só a agricultura, mas também a indústria, ou, numa palavra, pelo qual sofre toda a economia nacional.

O Sr. Unirio Machado — Subscrito nos conceitos de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

Comunico ao nobre orador que dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSUE DE CASTRO — Agradeço a V. Exa. e me utilizarei apenas de um, para, com agradecimentos a V. Exa., reforçar mais uma vez o apelo que faço ao Governo da República, no sentido de que não deixe sem pão o Estado de Pernambuco, nem deixe apodrecer a cebola produzida por uma população que, sem comer, contribui admiravelmente para a grandeza nacional. (Muito bem; muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães — 1.º Vice) — Convoco uma sessão extraordinária para às 21 horas de hoje, a fim de se prosseguir na discussão de matéria orgamentária.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apesar da falta de número quero lembrar a V. Exa. que há três meses, mais ou menos, apresentei requerimento de urgência, assinado por todos os líderes de partidos, relativamente ao projeto da eletrosiderurgia de Santa Catarina, requerimento esse revestido de todos os requisitos regimentais. Na primeira oportunidade, solicito seja ele submetido, antes de qualquer outra proposição à deliberação do plenário. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães, 1.º Vice) — A matéria será considerada na devida oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Aurélio Vianna 2.º orador inscrito.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fazer em Brasília como em outra qualquer parte do território nacional, nos momentos de tumulto de nossa alma, senão ler? É divertimento útil. Ontem, há eu sobre a última sessão da Câmara na Monarquia.

“E a sessão efetuara-se no dia dia 15 de novembro de 1830 — segundo o historiador — depôs de triunfante a sedição militar que destruiu as instituições imperiais. Achava-se a Câmara em trabalhos preparatórios. Eleita a 31 de agosto, para substituir a que o Ministério Ouro Preto havia dissolvido, reuniu-se pela primeira vez a 2 de novembro. Dia de Pinacos, o que a muitos pareceu mau agouro. Devia instalar-se solenemente a 20 de novembro. As eleições tinham-se realizado sem conflitos nem violências... — como agora — ... “de sorte que muito plácidas correram as sessões preparatórias”. — Como agora. — Havia presentes cerca de 21 representantes da Nação”. Mais ou menos como agora. — “Alguns expectadores assistiam àquela sessão, que, no caso, era uma sessão fúnebre”.

Eu ia dizer “como agora”, mas não digo.

Sr. Presidente, o Conselheiro Barbosa de Almeida, à hora da abertura da sessão, reuniu os representantes da Nação e os trabalhos foram iniciados. Na ordem-do-dia, tomou a palavra o Deputado César Zama, aquele ilustre baiano que pronunciou, certa vez, frase que ainda hoje gostamos de usar em nossos discursos, principalmente nas praças públicas: — Cada povo tem o Governo que merece.

Pois César Zama, monarquista ferrenho, fez discurso caloroso e perguntou à Mesa se sabia estarem presos ministros, senadores, deputados e se era certa a deposição do Ministério pela Força Militar amotinada.

Mostrou as tristes consequências que adviriam do atentado e opinou que a Câmara cumpriria tomar a trágica resolução a respeito. Desenvolveu